

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDO PARA A  
MELHORIA DOS CONSELHOS TUTELARES**

Instituída pelo Requerimento nº 1627/2023

# RELATÓRIO

VEREADORA **LOÍDE GONÇALVES** (MDB)

RELATORA

Belo Horizonte

2024

# COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDO PARA A MELHORIA DOS CONSELHOS TUTELARES

Instituída pelo Requerimento nº 1627/2023

## COMPOSIÇÃO

### MEMBROS EFETIVOS

VEREADOR FERNANDO LUIZ  
(REPUBLICANOS)  
PRESIDENTE

**VEREADORA LOÍDE GONÇALVES  
(MDB) - RELATORA**

PEDRO PATRUS (PT)

IRLAN MELO (REPUBLICANOS)

MARCOS CRISPIM (DC)

### MEMBROS SUPLENTE

HENRIQUE BRAGA (MDB)

CLEITON XAVIER (MDB)

DR. BRUNO PEDRALVA (PT)

JORGE SANTOS (REPUBLICANOS)

FLÁVIA BORJA (DC)

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>4</b>
<b>2 - DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS.....</b>	<b>5</b>
<b>3 - DOS TRABALHOS.....</b>	<b>5</b>
<b>4 - NORMAS E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES.....</b>	<b>6</b>
<b>5 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>8</b>
<b>6 - SITUAÇÃO ATUAL DOS CONSELHOS TUTELARES .....</b>	<b>9</b>
6.1. Análise da Situação Atual dos Conselhos Tutelares .....	10
6.2. Análise da Infraestrutura Física dos Conselhos Tutelares.....	12
6.3. Análise do Pessoal administrativo, equipamentos e materiais.....	14
6.4. Análise da intersectorialidade entre as políticas públicas.....	16
6.5. Análise dos Desafios Adicionais no Exercício das Funções dos Conselhos Tutelares .....	18
6.6. Dos Desafios nas Condições de Trabalho dos Conselheiros Tutelares .....	20
6.7. Do Posicionamento da PBH Frente aos Desafios dos Conselhos Tutelares .....	21
<b>7 - 7 - DAS CONCLUSÕES .....</b>	<b>23</b>
<b>ANEXO I - PROJETO DE LEI.....</b>	<b>25</b>

## 1 - INTRODUÇÃO

A **Comissão Especial de Estudo para a Melhoria dos Conselhos Tutelares** foi instituída pelo Requerimento nº 1627/2023, endossado por 14 Vereadores desta Câmara Municipal.

Em decorrência do recebimento do referido requerimento de nº 1627/2024, foi instaurada a presente Comissão Especial de Estudo, denominada Melhoria dos Conselhos Tutelares, com o objetivo de identificar e propor soluções para os desafios enfrentados nos processos de escolha e na estrutura de trabalho dos Conselhos Tutelares de Belo Horizonte. Este colegiado também busca promover melhores condições para os conselheiros tutelares, abrangendo melhorias na infraestrutura e na segurança jurídica necessária para o desempenho eficaz de suas funções.

Considerando que a Comissão Parlamentar de Inquérito, estabelecida no Requerimento 872/2023 - Assistência Social, demonstrou ser inadequada para investigar eventos ocorridos após sua instalação, devido à limitação de foco presente no requerimento que a criou, tornou-se imperativo ampliar o escopo do trabalho deste colegiado.

Este relatório reflete o compromisso da Comissão com a elaboração de uma legislação que atenda às necessidades e expectativas da população de Belo Horizonte. Além de promover melhorias no processo democrático das eleições futuras dos Conselheiros Tutelares, este colegiado também busca melhores condições para os agentes conselheiros, incluindo estrutura e segurança jurídica para eles. O relatório também destaca a importância de melhorar a estrutura fornecida pelo Poder Público aos Conselhos Tutelares e garantir a efetiva execução das políticas de proteção, promoção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

## **2 - DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS**

Considerando o volume de documentos analisados e a extensão de material produzido, indispensáveis requerimentos e respectivas respostas, cumpre em dizer que, que todos materiais produzidos por esta Comissão Especial de Estudo, encontram-se em sumário anexo e disponibilizados no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Belo Horizonte, para fácil acesso de qualquer cidadão.

Posto isso, passamos aos trabalhos desenvolvidos em cada uma das reuniões e visitas técnicas realizadas pela CEE - Melhoria dos Conselhos Tutelares durante o seu período de funcionamento.

## **3 - DOS TRABALHOS**

A Comissão Especial de Estudo para a Melhoria dos Conselhos Tutelares aprovou requerimentos para realizar visitas técnicas aos nove Conselhos Tutelares do Município de Belo Horizonte, além do local onde ocorre o Plantão dos Conselhos Tutelares (PLCT). O objetivo foi verificar as condições de trabalho, inspecionar o espaço físico, examinar as instalações e promover discussões sobre os casos e desafios enfrentados por esses conselhos. A Comissão também visitou o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA).

A Consultoria Legislativa da Câmara acompanhou todas as visitas e elaborou relatórios técnicos detalhados, bem como realizou um estudo técnico da situação atual dos Conselhos Tutelares de Belo Horizonte<sup>1</sup>, sendo que, além dessas atividades, foram realizadas duas Audiências Públicas, onde a primeira audiência teve como foco debater as condições de trabalho e o espaço físico dos Conselhos Tutelares de Belo Horizonte, promovendo discussões sobre casos e desafios locais relacionados aos encaminhamentos dos Conselhos Tutelares às escolas municipais, centros de saúde, assistência social e sobre o Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA). Uma nota técnica foi solicitada para este debate. A segunda audiência foi dedicada à discussão sobre a erradicação e o combate ao trabalho

---

<sup>1</sup> ESTUDO TÉCNICO Nº 11/2024

infantil, com a solicitação de outra nota técnica.

Após a realização dos debates, visitas técnicas e do estudo técnico, a Comissão identificou diversos problemas na situação atual dos Conselhos Tutelares. Portanto, ao final, apresentaremos propostas para o aprimoramento da Legislação Municipal vigente, com o intuito de resolver as questões identificadas e melhorar o funcionamento dos Conselhos Tutelares em Belo Horizonte.

#### **4 - NORMAS E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES**

De acordo com a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Conselho Tutelar é um órgão permanente, autônomo e não jurisdicional, encarregado pela sociedade de garantir os direitos das crianças e adolescentes. Essa lei define as diretrizes gerais para os Conselhos Tutelares, destacando suas principais competências, como atender casos de violação ou ameaça a direitos de crianças e adolescentes, requisitar serviços públicos, representar à autoridade judicial ou ao Ministério Público e tomar outras medidas necessárias para assegurar a proteção à infância e adolescência.

Além disso, a lei estabelece que cada conselho deve ser composto por cinco conselheiros, eleitos pela comunidade local para um mandato de quatro anos, com eleições unificadas em todo o país. Outra norma relevante no âmbito federal é a Resolução nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), que obriga os municípios a terem pelo menos um Conselho Tutelar para cada cem mil habitantes (§ 1º do art. 3º) e atribui ao Poder Executivo Municipal a responsabilidade pelas despesas de funcionamento dos Conselhos, incluindo a manutenção de uma equipe administrativa adequada às necessidades do órgão.

A legislação federal também delega aos municípios não apenas a gestão dos Conselhos Tutelares, mas também a responsabilidade de estabelecer normas complementares para regulamentar o funcionamento desses órgãos, assim como as normas sobre os direitos e deveres dos conselheiros tutelares.

Em Belo Horizonte, a política relacionada aos Conselhos Tutelares está normatizada pelas Leis nº 8.502/2003 e nº 6.705/1994, além do Decreto nº 12.537/2006. A Lei nº 8.502/2003 estabelece que o município deve ter, no mínimo, um Conselho Tutelar por regional, o que foi implementado desde 1991 e permanece até hoje.

No entanto, essa norma está desatualizada em relação às determinações do Conanda desde 2010 (Resolução nº 139/10), que exige pelo menos um Conselho tutelar para cada cem mil habitantes.

A mesma lei também traz regras sobre o funcionamento dos Conselhos no Município e regulamenta o processo eleitoral e a candidatura para conselheiros tutelares.

A Lei nº 6.705/1994 dispõe sobre a função pública do conselheiro tutelar, seus direitos e deveres, e como o exercício da função de conselheiro não configura vínculo empregatício ou estatutário com o Município, toda a regulamentação sobre sua jornada de trabalho e direitos trabalhistas precisa estar expressa nesta lei.

Por isso, vários direitos conquistados pelos servidores municipais não se estenderam aos conselheiros tutelares, como as licenças maternidade e paternidade, que passaram de 120 e 5 dias, respectivamente, para 180 e 20 dias para os servidores estatutários do município, devido a alterações legislativas recentes, mas permaneceram inalteradas para os conselheiros tutelares.

Em 2021, a Lei nº 6.705/1994 foi alterada para resolver o problema do plantão dos Conselhos Tutelares, que existia há décadas. Antes, os conselheiros de todos os Conselhos se revezavam em uma escala no plantão centralizado, que funcionava no período noturno, finais de semana e feriados.

Essa forma de plantão era exaustiva para os conselheiros, que precisavam readequar toda sua rotina doméstica, além de desfaltar os Conselhos, que operavam com um conselheiro a menos por dois dias quando um de seus membros estava escalado para o plantão. Contudo, a nova forma de funcionamento do

plantão, implementada pela alteração legislativa de 2021, também apresenta problemas.

Atualmente, o plantão funciona com conselheiros suplentes, chamados a partir das listas de excedentes nos processos eleitorais de cada Conselho Tutelar das regionais.

Apesar de trabalharem regularmente no plantão, esses profissionais continuam em uma relação de trabalho precária, na condição de suplentes. A escala de revezamento definida na Portaria SMASAC nº 056/2022, que regulamenta o plantão, mantém apenas três conselheiros plantonistas na maior parte do tempo, e apenas um em alguns horários.

O município poderia ter escolhido transformar o plantão em um novo Conselho Tutelar pleno, com eleição própria e conselheiros titulares, mas decidiu não seguir essa abordagem.

## **5 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

A Comissão Especial de Estudo para a Melhoria dos Conselhos Tutelares, criada pelo Requerimento nº 1.627/23, conduziu um extenso levantamento sobre a situação dos Conselhos Tutelares em Belo Horizonte, onde foram realizadas 11 visitas técnicas<sup>2</sup>, uma para cada Conselho e uma adicional ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), além de duas audiências públicas e 12 pedidos de informação à Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), sendo que a Consultoria Legislativa da Câmara acompanhou todas as visitas e produziu relatórios técnicos detalhados sobre o que foi constatado em cada uma.

Em 2018, a Câmara já havia participado de visitas técnicas em dois

---

<sup>2</sup> Para cada visita técnica, foi elaborado um relatório pelo consultor ou consultora responsável pelo acompanhamento. As designações foram as seguintes: Marina Abreu Torres ficou encarregada do Plantão Centralizado dos Conselhos Tutelares, além das regiões Leste, Oeste, Barreiro, Centro-Sul e Noroeste; Leonardo Assis Silva foi responsável pela região Nordeste; Ivania Moraes Soares abrangeu Venda Nova e Norte; e Otávio Debien Andrade ficou com a Pampulha e o CMDCA. Esses relatórios forneceram as informações que fundamentaram o presente Relatório desta Comissão Especial de Estudo de Melhorias dos Conselhos Tutelares.



Conselhos Tutelares<sup>3</sup>, de acordo com requerimentos da época. Os relatórios elaborados durante o estudo atual indicaram diversos problemas que ainda persistem, alguns dos quais se agravaram, e identificaram novas questões que surgiram.

As informações coletadas<sup>4</sup> destacam que muitos dos problemas anteriormente relatados não foram resolvidos, evidenciando uma falta de atenção às necessidades dos Conselhos Tutelares. Um problema significativo que continua é a escassez de recursos humanos, que compromete a capacidade dos conselheiros de desempenharem suas funções de maneira eficaz.

Essa escassez de pessoal, já mencionada em relatórios anteriores, permanece evidente e representa um obstáculo crítico para o funcionamento adequado dos Conselhos. O acompanhamento da Comissão Especial revelou a necessidade urgente de ações concretas para resolver essas questões e melhorar a eficácia dos Conselhos Tutelares em Belo Horizonte.

## **6 - SITUAÇÃO ATUAL DOS CONSELHOS TUTELARES**

Conforme mencionado anteriormente, foram realizadas 11 visitas técnicas, uma para cada Conselho Tutelar e uma adicional ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA). Estas visitas permitiram à Comissão Especial de Estudos sobre os Conselhos Tutelares identificar e obter uma visão abrangente dos desafios enfrentados pelos Conselhos Tutelares de Belo Horizonte.

A partir dessas visitas, a Comissão elaborou este relatório, que sintetiza os problemas identificados. Para uma melhor apresentação dos dados, as questões serão divididas por temas.

---

<sup>3</sup> Nota técnica da Divisão de Consultoria Legislativa. - Comissão Especial de Estudo - Melhoria dos Conselhos Tutelares - 11ª Reunião - 10-06-2024.pdf Publicado em: 07/06/2024 12:07 ( <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-reunioes/2c907f768c5da14a018c8413015824a2> )

<sup>4</sup>

<https://cmbhsildownload.cmbh.mg.gov.br/silinternet/servico/download/documentoVinculado?idDocumento=2c907f7662ab43550162abd0d15401ba> e <https://cmbhsildownload.cmbh.mg.gov.br/silinternet/servico/download/documentoVinculado?idDocumento=2c907f7662b4dd76016345ef97544d8c>

### **6.1. Análise da Situação Atual dos Conselhos Tutelares**

Conforme evidenciado pelo **Estudo Técnico nº 11/2024**<sup>5</sup>, elaborado pela consultoria da Câmara Municipal de Belo Horizonte, a cidade atualmente conta com um total de 10 Conselhos Tutelares em funcionamento. Destes, um está presente em cada uma das 9 regionais, e um plantão centralizado cobre o período noturno, finais de semana e feriados.

No entanto, este plantão não foi criado como um conselho pleno, pois é composto por conselheiros suplentes que trabalham em escala de revezamento.

Contudo, esse número de conselhos está muito abaixo do necessário para atender à população de Belo Horizonte.

A Resolução nº 139/2010 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), reafirmada pelas Resoluções nº 170/2014 e nº 231/2022, estabelece que deve haver pelo menos um Conselho Tutelar para cada cem mil habitantes.

**Com uma população de 2.315.560 habitantes, conforme o Censo do IBGE de 2022, Belo Horizonte deveria ter pelo menos 23 Conselhos Tutelares, podendo chegar a 25 se considerarmos a distribuição populacional por regional e incluindo o plantão centralizado. vejamos por amostragem:**

---

<sup>5</sup> O ESTUDO TÉCNICO Nº 11/2024 foi elaborado pelo consultor Otávio Debien Andrade e serviu de base para os dados presentes no Relatório desta Comissão Especial de Estudo de Melhorias dos Conselhos Tutelares.

REGIONAL	População (2010)	Número Ideal de Conselhos Tutelares
Barreiro	282.156	3
Centro-Sul	282.286	3
Leste	228.986	2
Nordeste	281.507	3
Noroeste	271.143	3
Norte	214.967	2
Oeste	316.908	3
Pampulha	266.859	3
Venda Nova	230.339	2
Plantão Centralizado	-	1
<b>TOTAL</b>		<b>25</b>

Dados populacionais do censo de 2010, atualizados em 2019. IBGE / Censo 2010. «Tabela 202 - População residente, por sexo e situação do domicílio». Sidra - Sistema IBGE de Recuperação Automática. retirado do ESTUDO TÉCNICO Nº 11/2024

**A atual defasagem de 13 a 15 Conselhos Tutelares reflete um histórico de omissão do Poder Executivo Municipal em ampliar a rede de Conselhos.**

**Desde a criação dos primeiros Conselhos Tutelares em 1991, apenas o plantão centralizado foi adicionado em 1992, tendo sua operação reformulada em 2021.**

Essa insuficiência gera diversos problemas, como excesso de demanda para os Conselhos existentes, sobrecarga de trabalho e esgotamento físico e mental dos conselheiros. Além disso, limita a capacidade de realização de serviços preventivos, provoca atrasos no atendimento e diminui a eficácia das políticas públicas de proteção aos direitos das crianças e adolescentes.

O estudo ressalta que essa situação é ainda mais preocupante à luz do artigo 227 da Constituição Federal, que garante "absoluta prioridade" à promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 4º, reforça a

obrigação da família, comunidade, sociedade e poder público de assegurar esses direitos prioritariamente, o que inclui a formulação e execução das políticas sociais públicas e a alocação privilegiada de recursos para essas áreas.

Portanto, o Poder Público Municipal não pode justificar a insuficiência de recursos financeiros como motivo para a não ampliação dos Conselhos Tutelares.

Mesmo com um orçamento Municipal estável desde 1991, é imperativo que os recursos disponíveis sejam alocados para políticas prioritárias, como a proteção e promoção dos direitos das crianças e adolescentes, conforme estipulado por lei.

## **6.2. Análise da Infraestrutura Física dos Conselhos Tutelares**

A partir das visitas técnicas conduzidas pela Comissão Especial de Estudos sobre os Conselhos Tutelares, conforme detalhado no estudo técnico nº 11/2024 e nos relatórios dos consultores da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH)<sup>6</sup>, foi possível constatar que a maioria dos Conselhos Tutelares de Belo Horizonte enfrenta sérias deficiências em sua infraestrutura física.

Essas deficiências impactam aspectos cruciais para o funcionamento adequado, como a disponibilidade de espaço adequado, número suficiente de salas, isolamento acústico para garantir o sigilo nos atendimentos, ambiente apropriado para crianças durante a espera e conforto térmico.

Através das visitas técnicas realizadas, apenas quatro dos dez conselhos foram considerados pelos próprios conselheiros como possuindo uma estrutura física adequada.

Os melhores ambientes foram observados no Conselho Tutelar Centro-Sul e no Plantão Centralizado, ambos localizados na regional Centro-Sul. Por outro lado, Conselhos situados em regiões periféricas apresentaram infraestruturas nitidamente deficientes.

---

<sup>6</sup>

<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes/requerimento/1627/2023#inicioResultados>

Apenas dois dos dez Conselhos operam em sede própria, conforme constatado através das visitas realizadas, enquanto os demais estão localizados em imóveis alugados. Metade dos Conselhos possui sede exclusiva, enquanto a outra metade compartilha espaço com outros equipamentos públicos da prefeitura.

A tabela a seguir, baseada nos dados do estudo técnico nº 11/2024, resume as informações sobre a infraestrutura física dos Conselhos Tutelares de Belo Horizonte em 2024:

Conselho Tutelar	Sede própria ou alugada?	Sede compartilhada ou exclusiva?	Estrutura precária?	Isolamento acústico para sigilo nos atendimentos?	Brinquedoteca adequada para as crianças?	Há conforto térmico no ambiente?
Barreiro	Alugada	Exclusiva	Precária	Não	Não	-
Centro-Sul	Alugada	Compartilhada	Não	Sim	Sim	Sim
Leste	Alugada	Exclusiva	Precária	Sim	Não	Não
Nordeste	Própria <sup>1</sup>	Exclusiva	Precária	Sim	Não	-
Noroeste	Alugada	Compartilhada	Não	-	Não	Não
Norte	Alugada	Compartilhada	Precária	Não	Não	Não
Oeste	Própria	Exclusiva	Precária	Não	Não	Não
Pampulha	Alugada	Compartilhada	Precária	Não	Não	Não
Venda Nova	Alugada	Exclusiva	Não	Sim	Não	-
Plantão centralizado	Alugada	Compartilhada	Não	-	Sim	Sim

Dados obtidos durante as visitas técnicas da Comissão Especial de Estudos sobre os Conselhos Tutelares da Câmara Municipal de Belo Horizonte em 2024. <sup>1</sup>Há divergência nos dados apresentados pela PBH sobre a sede do CT Nordeste: a Subsecretaria de Direitos de Cidadania, em resposta ao Requerimento de Comissão nº 931/24 dá a entender que esse CT possui sede própria, na Av. Bernardos Vasconcelos, 1379, Cachoeirinha; no entanto, a Subsecretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, em resposta ao mesmo requerimento, afirma que o CT Nordeste está incluído no valor global de contrato de locação de imóvel localizado na Rua Alberto Cintra, 71 - União. retirado do estudo técnico nº 11/2024

Um dos problemas críticos detectados em alguns Conselhos é a insuficiência de isolamento acústico adequado. **De acordo com os relatórios, em pelo menos quatro unidades, as salas são separadas por divisórias de madeira, o que compromete o sigilo dos atendimentos ao permitir que terceiros ouçam as conversas.** Isso expõe a intimidade das crianças e das

famílias e pode dificultar significativamente o trabalho dos conselheiros.

A falta de espaços dedicados para brinquedoteca também é uma questão de grande preocupação. Conforme observado durante as visitas técnicas realizadas, em 80% dos Conselhos de Belo Horizonte, esses locais são ausentes ou insuficientes em termos de espaço, condições e recursos disponíveis. Esses espaços são essenciais para criar um ambiente lúdico onde crianças e adolescentes possam esperar confortavelmente enquanto seus familiares recebem atendimento.

Quanto ao conforto térmico, a comissão pode identificar que pelo menos cinco Conselhos enfrentam problemas com calor excessivo e falta de ar condicionado ou ventiladores suficientes para garantir um ambiente adequado de trabalho.

### **6.3. Análise do Pessoal administrativo, equipamentos e materiais**

Destacam-se diversos problemas cruciais relatados durante as visitas técnicas. Um dos principais problemas apontados pelos conselheiros é a falta de suporte administrativo adequado, conforme previsto pela Lei nº 8.502/03, que estabelece a necessidade de uma secretaria com servidores municipais em cada unidade.

No entanto, muitos Conselhos operam com equipe administrativa deficiente: alguns não possuem nenhum servidor técnico-administrativo, enquanto outros dependem de apenas um funcionário, muitas vezes terceirizado pela empresa MGS.

Assim, boa parte das tarefas operacionais e administrativas dos Conselhos é executada pelos próprios conselheiros, o que consome tempo das suas principais atividades e aumenta a sobrecarga de trabalho, já agravada pela quantidade insuficiente de Conselhos na cidade.

Além disso, a precariedade do mobiliário, equipamentos e materiais é uma questão recorrente. A maioria dos Conselhos enfrentam problemas como falta de mobiliário adequado, necessidade de reposição de cadeiras e mesas, e ausência de

telefones em bom estado de funcionamento.

Em alguns casos, o único telefone funcional está localizado na sala de um conselheiro, interrompendo o atendimento quando em uso.

A comunicação por telegrama e carta registrada, devido a um limite mensal insuficiente, muitas vezes obriga os conselheiros a realizar visitas pessoais para notificar os usuários, o que pode ser arriscado em situações delicadas.

No aspecto tecnológico, embora tenham sido recentemente doados computadores novos pela empresa Furnas, a equipe administrativa ainda carece de equipamentos suficientes em diversos Conselhos.

A necessidade de dispositivos para videoconferências, como câmeras, fones de ouvido e microfones, também é destacada, especialmente após a pandemia de Covid-19, visto que muitos conselheiros ainda utilizam seus smartphones pessoais para essas atividades.

<b>Pessoal, equipamentos e materiais nos Conselhos Tutelares - 2024</b>					
<b>Conselho Tutelar</b>	<b>Equipe administrativa completa?</b>	<b>O mobiliário é completo e adequado?</b>	<b>Há telefone funcionando?</b>	<b>Há computadores suficientes?</b>	<b>Há câmeras, fones e microfones?</b>
Barreiro	Não	Não	Não	Não	Não
Centro-Sul	Não	Sim	Não	Sim	Não
Leste	Não	Não	-	Não	Não
Nordeste	Não	-	-	Sim	Não
Noroeste	Não	Não	-	Não	Não
Norte	Não	Não	Não	-	Não
Oeste	Não	Não	-	-	Não
Pampulha	Não	Não	Não	Não	Não
Venda Nova	Não	Sim	Sim	Sim	Não
Plantão centralizado	Não	Sim	-	Não	-
Dados obtidos durante as visitas técnicas da Comissão Especial de Estudos sobre os Conselhos Tutelares da Câmara Municipal de Belo Horizonte em 2024. retirado do estudo técnico nº 11/2024					

Por fim, a falta de verba para oferecer lanches ou fraldas aos usuários, especialmente durante atendimentos prolongados, tem sido uma preocupação constante.

Muitos conselheiros relatam custear esses itens com recursos próprios, enquanto o material de escritório e higiene fornecido pela PBH frequentemente é considerado de qualidade insatisfatória.

Esses desafios evidenciam a necessidade urgente de melhorias estruturais e de suporte nos Conselhos Tutelares, visando garantir condições adequadas para o efetivo exercício das atividades de proteção e assistência à infância e adolescência na cidade.

#### **6.4. Análise da intersectorialidade entre as políticas públicas**

Com base no Estudo Técnico Nº 11/2024 e nos relatórios da consultoria legislativa, as visitas técnicas aos Conselhos Tutelares de Belo Horizonte evidenciaram uma série de desafios significativos nos encaminhamentos para a rede de políticas sociais.

Um dos pontos críticos destacados pelos conselheiros é a ineficácia do atendimento pelos serviços municipais de saúde, educação e assistência social aos casos encaminhados pelos Conselhos. Essa falha na integração das políticas públicas foi unanimemente criticada, sendo descrita como uma ausência de funcionamento adequado da rede de políticas públicas.

No que tange à saúde, especialmente, há relatos frequentes de falta de profissionais especializados, como psicólogos e neuropediatras, prejudicando o atendimento às crianças que foram vítimas de violência doméstica, e outros casos que necessitam de tais profissionais. O serviço disponibilizado nos postos de saúde é considerado insuficiente, limitando-se a uma única sessão mensal de curta duração, o que não atende às necessidades emergenciais e de longo prazo dessas famílias em situações de trauma.



Na educação, a escassez de vagas nas instituições de ensino é uma barreira significativa. Muitas crianças são impedidas de ingressar na rede escolar devido à falta de espaço ou sob a justificativa que “não há vagas”, especialmente em territórios onde as escolas são escassas ou não oferecem ensino em tempo integral. A ausência de atendimento adequado à educação inclusiva para crianças com deficiência também é uma preocupação, exacerbada pela falta de capacitação dos profissionais escolares para lidar com questões de saúde mental dos alunos.

No âmbito da assistência social, a sobrecarga nos serviços socioassistenciais municipais resulta em demoras significativas para atender às demandas das famílias, levando muitos casos a ficarem parados sem acompanhamento adequado.

A falta de busca ativa para inclusão das famílias nos serviços disponíveis, somada à insuficiência de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) nas regionais, contribui para a ineficácia do sistema em atender plenamente às necessidades da população.

**Diante deste cenário alarmante, fica evidente que a PBH (Prefeitura de Belo Horizonte) enfrenta desafios significativos na garantia de serviços públicos essenciais que atendam adequadamente às necessidades das famílias assistidas pelos Conselhos Tutelares.**

A falta de investimento adequado em recursos humanos, infraestrutura e capacitação profissional reflete diretamente na qualidade e na efetividade dos serviços prestados, impactando negativamente a vida das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Em suma, as limitações na rede de políticas sociais comprometem seriamente a capacidade dos Conselhos Tutelares em garantir a proteção e o amparo necessários às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

É crucial que a PBH reconheça esses desafios e adote medidas urgentes para fortalecer a infraestrutura e melhorar a gestão dos serviços públicos,

assegurando o pleno cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes em Belo Horizonte.

### **6.5. Análise dos Desafios Adicionais no Exercício das Funções dos Conselhos Tutelares**

Com base nos dados e nas observações do Estudo Técnico N° 11/2024 e dos relatórios da consultoria legislativa no acompanhamento das visitas técnicas realizadas, é claro que os Conselhos Tutelares de Belo Horizonte enfrentam uma série de desafios significativos que comprometem severamente seu papel fundamental na proteção dos direitos de crianças e adolescentes.

Um dos principais obstáculos identificados e criticados pelos próprios conselheiros é a ausência de capacitação adequada, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A falta de programas contínuos de formação revela uma falha crítica na preparação técnica desses profissionais, essencial para lidar com as complexidades legais e sociais dos casos que enfrentam diariamente.

Além disso, a não implementação efetiva do Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA) em Belo Horizonte também é uma grave falha.

Este sistema é crucial para o registro e acompanhamento dos casos pelos Conselhos Tutelares, facilitando a integração entre diferentes órgãos e a análise eficaz das necessidades das crianças e adolescentes atendidos.

Apesar de ser obrigatório conforme a Resolução n° 178/16 do Conanda, em Belo Horizonte o SIPIA ainda não foi implementado. Isso resulta no registro manual das informações, o que é demorado e propenso a erros, e ocupa grande espaço físico com arquivos, além de dificultar a consulta e o compartilhamento de dados com outros órgãos.

Outro ponto crítico é a falta de diálogo efetivo entre os conselheiros e os

órgãos municipais, como a SMASAC e o CMDCA. A exclusão dos conselheiros das decisões sobre orçamento e políticas públicas demonstra um descompasso que compromete a eficiência e a transparência na gestão dos recursos destinados à proteção infanto-juvenil.

A falta de transparência nos orçamentos dos Conselhos Tutelares, que não detalham os gastos de forma clara e específica por Conselho desde 2016, também é motivo de crítica por parte dos conselheiros.

Por fim, a segurança dos conselheiros durante o exercício de suas funções é uma preocupação constante. A falta de apoio adequado da Prefeitura de Belo Horizonte em medidas de proteção pessoal diante de situações de risco iminente reflete uma negligência que coloca em perigo não apenas os profissionais, mas também compromete a eficácia das intervenções dos Conselhos Tutelares nas comunidades mais vulneráveis.

Conselho Tutelar	Capacitação satisfatória?	Assessoramento jurídico satisfatório?	Encaminhamentos para a rede são atendidos de forma satisfatória?	Conselheiros demandaram a implantação do SIPIA?
Barreiro	-	-	Não	Sim
Centro-Sul	Não	Não	Não	-
Leste	Não	Não	Não	Sim
Nordeste	-	-	Não	Sim
Noroeste	-	Não	Não	-
Norte	Não	Não	Não	Sim
Oeste	-	-	Não	Sim
Pampulha	Não	Não	Não	Sim
Venda Nova	Não	Não	Não	-
Plantão centralizado	Não	Não	Não	-
Dados obtidos durante as visitas técnicas da Comissão Especial de Estudos sobre os Conselhos Tutelares da Câmara Municipal de Belo Horizonte em 2024.				retirado do estudo técnico nº11/2024

Diante desses desafios, é fundamental que a Prefeitura de Belo Horizonte reveja suas políticas e aumente o suporte aos Conselhos Tutelares, garantindo

capacitação contínua, implementação efetiva de sistemas de informação e maior participação dos conselheiros nas decisões administrativas.

Somente assim será possível fortalecer a proteção dos direitos das crianças e adolescentes da cidade, assegurando um ambiente seguro e acolhedor para seu desenvolvimento integral.

#### Desafios nas Condições de Trabalho dos Conselheiros Tutelares

### **6.6. Dos Desafios nas Condições de Trabalho dos Conselheiros Tutelares**

Os Conselheiros Tutelares de Belo Horizonte enfrentam desafios significativos em suas condições de trabalho, conforme destacado no Estudo Técnico Nº 11/2024 e nos relatórios das visitas técnicas realizadas. Estes documentos revelam uma realidade marcada por condições precárias de infraestrutura física, falta de equipamentos adequados, ausência de suporte administrativo eficiente e a sobrecarga decorrente do alto volume de demandas.

Um dos problemas centrais apontados é a inadequação do número de Conselhos Tutelares em relação à demanda da cidade, resultando em uma carga de trabalho excessiva para cada conselheiro.

Este cenário não apenas compromete a eficácia das intervenções nos casos de violação de direitos, mas também exige dos profissionais um esforço adicional para lidar com a complexidade das situações enfrentadas diariamente.

Além disso, a falta de uma equipe administrativa robusta obriga os conselheiros a desempenharem não apenas suas funções primárias, mas também tarefas burocráticas que consomem tempo e recursos preciosos.

Esta situação não só impacta diretamente o atendimento às famílias e ações preventivas, como também aumenta o risco de esgotamento físico e emocional entre os profissionais.

Outro ponto crítico abordado nos relatórios é a ausência de suporte psicológico adequado para os conselheiros. Enquanto lidam com casos delicados e muitas vezes traumáticos, os conselheiros enfrentam pressões significativas sem o respaldo necessário para sua saúde mental.

A demanda por acompanhamento psicológico contínuo e acessível é fundamental para garantir o bem-estar dos profissionais e a eficiência das suas intervenções.

A remuneração defasada também é uma preocupação levantada pelos conselheiros, que destacam a falta de reajustes salariais reais ao longo dos anos.

Esta questão não apenas reflete a desvalorização da função pelos órgãos públicos, mas também dificulta a atração e a retenção de profissionais qualificados, essenciais para o bom funcionamento dos Conselhos Tutelares.

Adicionalmente, a falta de segurança jurídica ao término do mandato, como a garantia de recebimento de FGTS e seguro desemprego, coloca os conselheiros em uma posição de vulnerabilidade após o período de serviço.

Diante desses desafios, é essencial que a Prefeitura de Belo Horizonte adote medidas urgentes para melhorar as condições de trabalho dos Conselheiros Tutelares, incluindo investimentos em infraestrutura, suporte administrativo adequado, acompanhamento psicológico, revisão salarial justa e garantias legais ao término do mandato.

Somente assim será possível fortalecer a capacidade dos Conselhos de proteger efetivamente os direitos das crianças e adolescentes da cidade.

#### **6.7. Do Posicionamento da PBH Frente aos Desafios dos Conselhos Tutelares**

Durante os trabalhos da Comissão Especial de Estudos sobre os Conselhos Tutelares, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) foi solicitada

repetidamente a se manifestar sobre as questões levantadas. As interações envolveram duas audiências públicas<sup>7</sup>, onze visitas técnicas e doze requerimentos com solicitações de informações.

Embora a PBH tenha enviado representantes, como o gerente de Acompanhamento aos Conselhos Tutelares, Roberto da Silva Araújo, suas respostas foram limitadas, oferecendo esclarecimentos pontuais sobre os problemas identificados nessas ocasiões, mas sem poder decisório para implementar soluções efetivas.

Nas audiências públicas, destacou-se a ausência do atual secretário da Secretaria Municipal De Assistência Social, Segurança Alimentar E Cidadania (SMASAC) e de outros subsecretários, sendo que a representação foi feita por servidores que, apesar de relatar as atividades da secretaria ao longo dos anos, não apresentaram soluções concretas para as deficiências atuais dos Conselhos Tutelares.

A falta de um plano claro para expansão do número de Conselhos Tutelares em Belo Horizonte evidencia uma lacuna crítica na Política Municipal, mesmo diante do crescente aumento das demandas por serviços de proteção à infância e adolescência na cidade.

Além disso, a resposta da PBH aos requerimentos da comissão foi considerada insuficiente. Dos doze pedidos de informações, quatro ainda estão sem respostas, incluindo questões cruciais sobre encaminhamentos para educação e saúde, e sobre a execução financeira dos Conselhos.

A falta de transparência e a evasão nas respostas revelam uma postura de resistência em reconhecer a gravidade dos problemas enfrentados pelos Conselhos Tutelares.

---

<sup>7</sup> No dia 10/06/24, realizou-se a primeira audiência pública para debater as condições de trabalho e infraestrutura dos Conselhos Tutelares de Belo Horizonte. Também foram discutidos os encaminhamentos desses conselhos para escolas municipais, centros de saúde, assistência social, além das questões relacionadas ao Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA). Já em 24/06/24, ocorreu a segunda audiência pública, focada na erradicação e no combate ao trabalho infantil.

Por exemplo, questões relacionadas ao Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA) e aos gastos financeiros dos Conselhos foram abordadas superficialmente, sem detalhamentos que permitam uma avaliação efetiva das políticas em vigor.

A PBH também falhou em fornecer garantias adequadas aos conselheiros tutelares, como o acesso transparente às informações necessárias para o desempenho de suas funções.

Em suma, a postura da PBH diante dos desafios enfrentados pelos Conselhos Tutelares revela uma resistência significativa em reconhecer a gravidade da situação.

Enquanto críticas contundentes são feitas por órgãos como a Defensoria Pública Especializada dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, destacando um cenário de precariedade e inconstitucionalidade, a PBH parece relutante em adotar medidas substanciais para remediar as deficiências estruturais e operacionais dos Conselhos Tutelares.

A Prefeitura de Belo Horizonte mantém-se inalterada em sua postura, hesitante até mesmo em reconhecer sua responsabilidade pela não expansão do número de Conselhos Tutelares desde 1992.

## **7 - DAS CONCLUSÕES**

A proteção e promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes são imperativos constitucionais que demandam políticas públicas prioritárias. No entanto, essa prioridade só se concretiza quando os governos, em todas as esferas, destinam recursos adequados para esse fim.

Ao longo deste trabalho, a presente comissão buscou sintetizar os dados obtidos durante o intenso esforço da Comissão Especial de Estudos da Câmara Municipal de Belo Horizonte sobre os Conselhos Tutelares, iniciado em novembro de 2023.

Em resumo, este processo revelou a precariedade da situação atual dos Conselhos Tutelares na cidade, destacando-se: o número insuficiente de Conselhos, a sobrecarga de trabalho dos conselheiros, a inadequação da infraestrutura física das sedes, a carência de mobiliário, equipamentos e materiais, a falta de pessoal nas equipes de apoio administrativo e de assessoramento, a deficiência nos programas de capacitação, a inércia do poder público na implementação do SIPIA, a desvalorização da função de conselheiro tutelar, a histórica defasagem na remuneração, a ausência de garantias de direitos fundamentais aos trabalhadores, e a incapacidade dos serviços municipais de saúde, educação e assistência social em atender às demandas encaminhadas pelos Conselhos.

A Comissão Especial de Estudos visando contribuir para a construção de uma legislação mais eficaz, adaptável e orientada para o futuro. Após um diligente trabalho de análise e revisão, concluímos os esforços para melhorar os Conselhos Tutelares de Belo Horizonte, apresentando um Projeto de Lei que aborda as necessidades identificadas no cotidiano desses órgãos.

Em suma, este Projeto de Lei visa atualizar e aprimorar a Legislação Municipal, que há mais de duas décadas não passava por uma revisão significativa. Este avanço legislativo é um passo crucial para fortalecer a rede de proteção e atendimento, assegurando que Belo Horizonte se torne uma cidade cada vez mais comprometida com o bem-estar de suas crianças e adolescentes.

Belo Horizonte, 19 de Julho de 2024.

Vereadora **Loíde Gonçalves**  
Relatora - MDB/MG



**ANEXO I - PROJETO DE LEI Nº**

Altera as Leis nº 8.502, de 6 de março de 2003, e nº 6.705, de 5 de agosto de 1994, para aprimorar os serviços prestados pelos Conselhos Tutelares no município.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - O art. 13 da Lei nº 8.502, de 6 de março de 2003, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º a 6º:

“§ 3º - É direito da criança e do adolescente ter à sua disposição a oferta, pelo Poder Público Municipal, de Conselhos Tutelares em quantitativo mínimo de uma unidade para cada 100 mil habitantes do município.

§ 4º - O quantitativo previsto no § 1º deste artigo será gradualmente ampliado, a depender de disponibilidade orçamentária, até que se alcance plenamente o disposto no § 3º deste artigo.

§ 5º - Em observância ao disposto no art. 227 da Constituição Federal e nas alíneas “c” e “d” do parágrafo único do art. 4º da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, o orçamento destinado a qualquer Política Pública Municipal, excetuadas aquelas com prioridade orçamentária definida por lei, não poderá ser ampliado, em comparação com os valores liquidados no exercício anterior, até que o quantitativo mínimo de Conselhos Tutelares previsto no § 3º deste artigo seja alcançado.

§ 6º - O atendimento no período noturno, nos finais de semana e nos feriados será prestado por Conselho Tutelar centralizado, composto por conselheiros tutelares titulares eleitos para esse fim.”

Art. 2º - A Lei nº 8.502, de 6 de março de 2003, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 17-A a 17-E:

“Art. 17-A - A lei orçamentária anual e os demonstrativos de execução financeira do município apresentarão os valores relativos às despesas com os Conselhos Tutelares de modo apartado por Conselho, e incluirão a totalidade das despesas com essa política pública, inclusive aquelas referentes à remuneração dos conselheiros tutelares e demais servidores, infraestrutura, manutenção, equipamentos, materiais e serviços, de modo a garantir plena transparência a respeito dos valores orçados, empenhados, liquidados e pagos.

Art. 17-B - Os Conselhos Tutelares serão instalados preferencialmente em sede própria, em imóvel de propriedade do município, com dimensões e características estruturais adequadas ao fim a que se destinam.

Parágrafo único - Para ser considerada adequada, a sede do Conselho Tutelar deve contar com:

I - pelo menos uma sala de atendimento para cada conselheiro tutelar;

II - recepção e sala de espera;

III - sala de reuniões;

IV - espaço adequado para permanência de crianças durante período de espera e atendimento;

V - garantia de isolamento acústico suficiente para assegurar o sigilo dos atendimentos.

Art. 17-C - Os Conselhos Tutelares serão dotados de equipamentos e materiais que viabilizem a plena realização de sua finalidade.

Parágrafo único - Incluem-se nos equipamentos previstos no *caput* deste artigo:

I - mobiliário;

II - computadores, em número mínimo de um por conselheiro e funcionário;

III - impressora;

IV - equipamentos necessários para realização de videoconferências, como câmera, microfone e fones de ouvido;

V - aparelhos celulares, em modelo smartphone, para uso exclusivo em serviço;

VI - sistema eletrônico destinado ao registro de casos atendidos pelos Conselhos Tutelares, integrado a outros órgãos da rede de atendimento às crianças e adolescentes, que permita o encaminhamento de solicitações e o acompanhamento dos casos;

VII - crachá de identificação, de uso individual por conselheiro, que contenha a informação do cargo de conselheiro tutelar.

Art. 17-D - Norma regulamentadora estabelecerá a temporalidade e a destinação de documento sob a guarda dos Conselhos Tutelares.

Art. 17-E - O Poder Executivo promoverá, a cada 4 (quatro) anos, no ano que corresponder ao segundo ano de mandato dos conselheiros tutelares eleitos, amplo diagnóstico dos serviços prestados pelos Conselhos Tutelares, bem como suas necessidades e possibilidades de aprimoramento dos serviços, consubstanciado em relatório elaborado por comissão paritária, composta por conselheiros tutelares escolhidos pelos seus pares e servidores municipais.

Parágrafo único - O diagnóstico de que trata o *caput* deste artigo será precedido de mecanismos de consulta e diálogo com os conselheiros tutelares.”

Art. 3º - O *caput* do art. 20 da Lei nº 8.502, de 6 de março de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20 - O conselheiro tutelar faz jus a recebimento pecuniário mensal no valor de R\$10.590,00 (dez mil, quinhentos e noventa reais), reajustável nos termos aplicados ao cargo de gerência do quadro de pessoal da Administração Direta do Município.”

Art. 4º - A Lei nº 8.502, de 6 de março de 2003, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 47-A:

“Art. 47-A - Será realizado curso de capacitação para os conselheiros tutelares eleitos, de participação obrigatória.”

Art. 5º - O art. 8º da Lei nº 8.502, de 6 de março de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º - O CMDCA é um órgão paritário, composto de 22 (vinte e dois) membros titulares e até 22 (vinte e dois) suplentes, representantes do Executivo, do Legislativo e da sociedade civil.

§ 1º - (...)

§ 2º - A representação da sociedade civil será indicada pelas entidades não-governamentais com melhor colocação por número de votos, observada a ordem decrescente e a seguinte composição:

I - um representante de cada uma das onze primeiras colocadas para conselheiro titular;

II - um representante de cada uma das onze seguintes colocadas para conselheiro suplente.

§ 3º - A representação da Câmara Municipal será feita por um vereador titular e um suplente, indicados pelo presidente.”

Art. 6º - O *caput* do art. 20 da Lei nº 6.705, de 5 de agosto de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20 - A conselheira tutelar gestante terá direito a 180 (cento e oitenta) dias consecutivos de licença, a partir do dia do parto ou, a pedido, a partir do oitavo mês de gestação.”

Art. 7º - O art. 21 da Lei nº 6.705, de 5 de agosto de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21 - A licença paternidade será concedida ao conselheiro pelo nascimento do filho, pelo prazo de vinte dias, contados do nascimento.”

Art. 8º - A Lei nº 6.705, de 5 de agosto de 1994, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 10-A:

“Art. 10-A - O conselheiro tutelar tem direito a atendimento psicológico contínuo, durante todo o período do mandato, prestado fora de sua jornada de trabalho, sem ônus.”

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 19 de Julho de 2024.

Vereadora **Loíde Gonçalves**  
Relatora - MDB/MG